



"Gasto excessivo do Estado está nos oito mil milhões de euros em juros"

Editado por José Bastos

Inserido em 20-10-2013 09:55



Braga da Cruz, Carlos Moreno e Carvalho da Silva comentam o Orçamento do Estado para 2014 no Conversas Cruzadas.

A proposta de Orçamento do Estado para 2014 deu início a um ciclo político de grande complexidade, dependente como está, entre outros factores, do crivo do Tribunal Constitucional. Poderá estar comprometida a continuidade deste Governo num momento em que o país pretende conquistar o acesso a um programa cautelar, sem passar por um segundo resgate?

“Vejo pouca probabilidade para esse cenário. Desde logo, tudo depende do que o Tribunal Constitucional decida. Se assumir decisões demasiado drásticas, inviabilizando as grandes linhas do OE isso será um cenário a ter em conta. Se inviabilizar uma decisão ou outra, pontualmente, ou viabilizar integralmente o Orçamento, hipótese não descartável, o cenário será de continuidade”, é a opinião de Manuel Braga da Cruz, ex-reitor da Universidade Católica, no Conversas Cruzadas desta semana.

Já Carvalho da Silva mostra-se esperançado que a proposta de Orçamento do Estado não seja aprovada e reclama eleições. “Este OE, além de ser um orçamento violento e injusto, coloca o país no caminho de aprofundamento dos problemas. Portanto, este OE não pode passar.”

“Quero acreditar que não vai passar e temos um Governo que, à luz do funcionamento democrático, já há muito que está morto e não pode continuar a fazer de vivo e a impor estas políticas. Neste país temos de ter eleições no mais curto espaço de tempo possível e um grande debate sobre como mobilizar o povo para encarar os sacrifícios inevitáveis para uma saída”, afirma o professor do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Braga da Cruz vê no documento o passaporte para o adeus à “troika”. “Este é um Orçamento que tem como preocupação garantir o fim do programa de assistência, o acesso aos mercados e a

autonomia do país face a esta tutela da ‘troika’ que obviamente condiciona – e de que maneira - a nossa capacidade de tomar decisões”, refere o ex-presidente da Associação Portuguesa de Ciência Política.

O juiz Carlos Moreno é severo na crítica à proposta de OE para 2014. “O OE não é sequer inteligente e eficaz porque não lhe subjaz nenhuma reforma do estado. Uma reforma que é um engano, anda a ser vendida há dois anos aos portugueses, mas que ninguém vê. Só se fazem cortes” defende o juiz jubilado do Tribunal de Contas.

Carlos Moreno sustenta não ser um OE amigo do crescimento. “Na carta de demissão, o ministro Vítor Gaspar assume que os efeitos recessivos na dimensão e composição da procura interna tinham ido muito mais além do que o próprio tinha previsto e que era chegada a hora do investimento. Apesar da demissão irrevogável do Dr. Portas e da entrada para o Governo do Dr. Pires de Lima, o crescimento continua totalmente ausente deste Orçamento do Estado.”

“Para além dos cortes que faz na despesa ainda tem uma carga adicional de impostos face a 2013 de mil milhões de euros em impostos directos e indirectos. Como é que este OE vai permitir qualquer crescimento? Vai é permitir agravar a recessão e o aumento da pobreza. É um OE imoral e não é equitativo”, afirma o ex-professor de Finanças Públicas.

Onde está a má-despesa pública?

“Onde é que há má despesa do Estado? É na Saúde? É na Educação? Não. É em pagar juros a preços que não se devia pagar e que temos de discutir. A negociação da dívida é imperiosa. É em continuar a manter negócios em que o Estado entrega a interesses privados dinheiro que não devia ser entregue dessa forma. Esse é que é o gasto excessivo do Estado. O país não sustenta pagar oito mil milhões de euros de juros. Não é possível. O nosso dinheiro está a ir para aí não para outras coisas” indica Manuel Carvalho da Silva, que diz recusar ingenuidades.

“O que querem os credores? É que Portugal continue submetido a pagar os juros que estão a ser impostos. Juros que são uma brutalidade. Só em juros no fim de meia-dúzia de anos pagamos o valor a nossa dívida. É pagar. É demonstrar aos outros que isto é para cumprir. E ponto final. É esse o objectivo. Mas nós somos ingénuos no meio disto?” pergunta o sociólogo.

Culpas próprias ou alheias?

“Fomos nós que nos endividamos muito acima do que devíamos. Fomos nós que fizemos subir o défice em termos completamente inaceitáveis. Fomos nós, foi o país que se colocou à beira da bancarrota. Não adianta estar agora a diabolizar forças europeias que parecem que nos querem destruir. Pelo contrário, o que nós verificamos é que há por parte da Europa uma disposição de ajudar Portugal. Com condições” é a visão de Manuel Braga da Cruz, no ângulo de análise às afirmações recentes de responsáveis da Comissão Europeia visando o Tribunal Constitucional.

Carlos Moreno discorda e alerta para os efeitos das críticas aos juízes do Palácio Ratton. “Dizer que os juízes têm activismo político, como disse a Comissão Europeia, beira a grosseria”. “Uma crítica ignóbil, não tem outro nome” na opinião de Carvalho da Silva.

Braga da Cruz discorda. “Pode-se criticar o TC. Em democracia a crítica é legítima. Não considero a crítica como uma interferência. À priori e à posteriori. O juiz Carlos Moreno tem diferente entendimento “à priori não, aí é pressão ilegítima” sublinha.

“Não acho, a crítica é livre e mais: é fundamental chamar a atenção dos juízes do TC, porque parece não serem suficientemente sensíveis a isso, para a conjuntura gravíssima que estamos a viver” sustenta Braga da Cruz para quem criticar o TC não é pressionar. “Não é pressão ilegítima nenhuma. Uma coisa é respeitar as decisões do TC, outra coisa é discutir as decisões do TC”

refere o ex-reitor da Universidade Católica.

Já Carvalho da Silva volta a alertar para o papel da Europa. “Nós estamos onde estamos por culpas próprias em muitos casos, mas não do povo, da generalidade do povo. As culpas foram de outros, de negócios, de esquemas, mas não só. Em muitos casos foi de seguir uma política europeia. Nós fazemos parte da UE e podemos secundarizar a responsabilidade europeia? Para termos problemas, houve quem ganhasse com isso. Ou pensa-se que a Alemanha não ganhou muito com as políticas que foram impostas a Portugal e a outros países? Mas somos anjinhos no meio disto?” pergunta o ex-líder da CGTP.

O país irá melhorar com o OE 2014?

“Como vamos estar melhor se neste Orçamento são retirados da economia quatro mil milhões de euros? Como vamos resolver isto? Isto coloca uma premência: não há solução sem eleições, poderão dizer e com razão, as eleições por si só não resolvem o problema. Não, não resolve, mas é preciso outro tipo de compromissos” afirma Carvalho da Silva.

Já Carlos Moreno antecipa o fracasso do OE, mas admite o programa cautelar. “Do ponto de vista técnico este OE não conduzirá a um défice de 4%. Terá uma execução orçamental completamente distinta da que está prevista. Haverá menos receitas fiscais e mais desemprego, mas o programa cautelar poderá surgir porque a ‘troika’ e a Alemanha estão interessadíssimas que nós não façamos o que acaba de fazer a Grécia: murro na mesa e não suportamos mais cortes” conclui o juiz jubilado do Tribunal de Contas.